



Simulado Final

TJ MA

Oficial de Justiça

Pós-Edital

Simulado

Simulado Final TJ-MA (Analista Judiciário - Oficial de Justiça)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Oficial de Justiça do TJ-MA**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/zeDkffQSBkgCasbn9>

01 - (A) (B) (C) (D)	11 - (A) (B) (C) (D)	21 - (A) (B) (C) (D)	31 - (A) (B) (C) (D)	41 - (A) (B) (C) (D)
02 - (A) (B) (C) (D)	12 - (A) (B) (C) (D)	22 - (A) (B) (C) (D)	32 - (A) (B) (C) (D)	42 - (A) (B) (C) (D)
03 - (A) (B) (C) (D)	13 - (A) (B) (C) (D)	23 - (A) (B) (C) (D)	33 - (A) (B) (C) (D)	43 - (A) (B) (C) (D)
04 - (A) (B) (C) (D)	14 - (A) (B) (C) (D)	24 - (A) (B) (C) (D)	34 - (A) (B) (C) (D)	44 - (A) (B) (C) (D)
05 - (A) (B) (C) (D)	15 - (A) (B) (C) (D)	25 - (A) (B) (C) (D)	35 - (A) (B) (C) (D)	45 - (A) (B) (C) (D)
06 - (A) (B) (C) (D)	16 - (A) (B) (C) (D)	26 - (A) (B) (C) (D)	36 - (A) (B) (C) (D)	46 - (A) (B) (C) (D)
07 - (A) (B) (C) (D)	17 - (A) (B) (C) (D)	27 - (A) (B) (C) (D)	37 - (A) (B) (C) (D)	47 - (A) (B) (C) (D)
08 - (A) (B) (C) (D)	18 - (A) (B) (C) (D)	28 - (A) (B) (C) (D)	38 - (A) (B) (C) (D)	48 - (A) (B) (C) (D)
09 - (A) (B) (C) (D)	19 - (A) (B) (C) (D)	29 - (A) (B) (C) (D)	39 - (A) (B) (C) (D)	49 - (A) (B) (C) (D)
10 - (A) (B) (C) (D)	20 - (A) (B) (C) (D)	30 - (A) (B) (C) (D)	40 - (A) (B) (C) (D)	50 - (A) (B) (C) (D)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<http://estrategi.ac/6m8v3q>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***Justiça social: o caminho para a prosperidade é feito de igualdade**

Equidade, igualdade, respeito pela diversidade, acesso à proteção social e aplicação dos Direitos Humanos em todos os domínios da atividade humana são os valores que estão na base do conceito de justiça social. Mais do que um imperativo ético, a justiça social constitui-se como uma trave-mestra para a sustentabilidade, estabilidade e prosperidade globais.

Segundo o Centro de Estudos da Universidade de Coimbra, este conceito emergiu como uma forma de responsabilizar o Estado na correção das desigualdades que surgiam na esfera do trabalho/emprego e do mercado/economia. Contudo, rapidamente se alargou para outros mecanismos produtores de discriminação.

A justiça social baseia-se, por conseguinte, no compromisso público com os princípios da igualdade, distribuição, redistribuição e respeito pela diversidade. Numa sociedade onde haja justiça social, os direitos humanos encontram-se assegurados e as classes sociais mais desfavorecidas contam com oportunidades de desenvolvimento.

A igualdade nas oportunidades, a solidariedade e o respeito pelos Direitos Humanos, sociais e políticos são essenciais para despertar todo o potencial produtivo a nível nacional e global. Um clima de estabilidade económica e de prosperidade social não é possível sem um combate feroz às desigualdades e sem uma promoção eficaz da justiça social.

A justiça social é, ainda, muito importante para o desenvolvimento sustentável, porque desempenha um papel essencial na redução da pobreza, da desigualdade e da exclusão social. É, assim, indispensável para criar uma sociedade inclusiva e sustentável.

Como parte integrante do desenvolvimento sustentável, a justiça social está, necessariamente, subentendida na realização de objetivos grandiosos.

A erradicação da pobreza: a justiça social é essencial para reduzir a pobreza e assegurar que todos tenham

acesso às necessidades básicas da vida, tais como alimentação, abrigo e cuidados de saúde.

Promover o crescimento económico: quando todos têm igual acesso à educação, cuidados de saúde e emprego, aumenta, naturalmente, a contribuição das pessoas para o crescimento económico sustentável.

Saúde de qualidade: se o acesso a cuidados de saúde for igual para todos, a comunidade viverá mais feliz e será mais produtiva.

A ONU sempre considerou “o desenvolvimento social e a justiça social indispensáveis para alcançar e manter a paz e a segurança dentro e entre nações”. Em 2007, foi estabelecido o dia 20 de fevereiro como Dia Mundial da Justiça Social, uma efeméride implementada através da Resolução 62/10 da Assembleia Geral das Nações Unidas.

<https://missao.continente.pt/blog/artigos/justica-social/>

01. De acordo com as informações veiculadas no texto, a justiça social

- a) é uma condição para o desenvolvimento sustentável.
- b) é obtida quando se respeitam os direitos humanos.
- c) depende da manutenção do crescimento económico.
- d) é causa de se promover saúde de qualidade para todos.

02. Considere o trecho “Segundo o Centro de Estudos da Universidade de Coimbra, este conceito emergiu como uma forma de responsabilizar o Estado na correção das desigualdades” (2º§)

É correto afirmar que a disposição da vírgula na oração em comento se deu pela mesma razão que no segmento:

- a) Contudo, rapidamente se alargou para outros mecanismos produtores de discriminação.
- b) A justiça social baseia-se, por conseguinte, no compromisso público com os princípios da igualdade
- c) É, assim, indispensável para criar uma sociedade inclusiva e sustentável.
- d) Em 2007, foi estabelecido o dia 20 de fevereiro como Dia Mundial da Justiça Social

03. Considerando sua organização e tipologia, o texto se caracteriza como predominantemente:

- a) argumentativo;
- b) narrativo;
- c) injuntivo;
- d) explicativo;

04. A significação das palavras não é fixa nem estática. Por meio da imaginação criadora do homem, as palavras podem ter seu significado ampliado, deixando de representar apenas a ideia original (básica e objetiva). O sentido figurado amplia, expande ou transforma os significados das palavras e das frases. Dos fragmentos a seguir, apenas um apresenta linguagem predominantemente figurada; assinale-o.

- a) A erradicação da pobreza: a justiça social é essencial para reduzir a pobreza e assegurar que todos tenham acesso às necessidades básicas da vida, tais como alimentação, abrigo e cuidados de saúde.
- b) Segundo o Centro de Estudos da Universidade de Coimbra, este conceito emergiu como uma forma

de responsabilizar o Estado na correção das desigualdades que surgiam na esfera do trabalho/emprego e do mercado/economia.

- c) Um clima de estabilidade econômica e de prosperidade social não é possível sem um combate feroz às desigualdades e sem uma promoção eficaz da justiça social.
- d) Saúde de qualidade: se o acesso a cuidados de saúde for igual para todos, a comunidade viverá mais feliz e será mais produtiva.

05. A ONU sempre considerou “o desenvolvimento social e a justiça social indispensáveis para alcançar e manter a paz e a segurança dentro e entre nações”. Em 2007, foi estabelecido o dia 20 de fevereiro como Dia Mundial da Justiça Social, uma efeméride implementada através da Resolução 62/10 da Assembleia Geral das Nações Unidas.

No segmento acima, as aspas foram utilizadas para indicar:

- a) ironia no uso dos conceitos;
- b) terminologia arcaica;
- c) reprodução literal;
- d) discurso indireto;

06. Considere o seguinte trecho e o verbo nele sublinhado: “Numa sociedade onde haja justiça social, os direitos humanos encontram-se assegurados e as classes sociais mais desfavorecidas contam com oportunidades de desenvolvimento” (3º§)

É correto afirmar que o sujeito a que o verbo sublinhado se refere pode ser corretamente classificado como:

- a) simples;
- b) composto;
- c) desinencial;
- d) inexistente.

07. A justiça social baseia-se, por conseguinte, no compromisso público com os princípios da igualdade, distribuição, redistribuição e respeito pela diversidade. Numa sociedade onde haja justiça social, os direitos humanos encontram-se assegurados e as classes sociais mais desfavorecidas contam com oportunidades de desenvolvimento.

O vocábulo destacado acima expressa noção de

- a) temporalidade;
- b) causalidade;
- c) conclusão;
- d) finalidade;

08. Promover o crescimento econômico: quando todos têm igual acesso à educação, cuidados de saúde e emprego, aumenta, naturalmente, a contribuição das pessoas para o crescimento económico sustentável.

O acento grave foi empregado corretamente no fragmento acima. O mesmo ocorre em:

- a) O governo é obrigado à promover crescimento econômico.
- b) O crescimento econômico fomenta à desigualdade.
- c) A proporção que à economia se desenvolve, a renda aumenta.
- d) O governo também obedece às leis econômicas.

09. Em todas as transcrições textuais, as formas verbais destacadas estão flexionadas no mesmo modo, EXCETO em:

- a) A justiça social baseia-se, por conseguinte, no compromisso público
- b) Segundo o Centro de Estudos da Universidade de Coimbra, este conceito emergiu como uma forma de responsabilizar o Estado
- c) Saúde de qualidade: se o acesso a cuidados de saúde for igual para todos, a comunidade viverá mais feliz e será mais produtiva.

d) quando todos têm igual acesso à educação, cuidados de saúde e emprego, aumenta, naturalmente, a contribuição das pessoas para o crescimento económico sustentável.

10. No trecho “Uma exceção estatística: uma pessoa muito vitoriosa não se esforçar.”, sucede o sinal de dois-pontos uma oração subordinada reduzida de infinitivo e apositiva, uma vez que exerce função de aposto, isto é, “uma palavra ou expressão que explica ou esclarece, desenvolve ou resume outro termo da oração”, conforme definição da Novíssima Gramática da Língua Portuguesa, de Cegalla. Caso optasse por escrevê-la em sua forma desenvolvida, o autor poderia ter redigido o trecho da seguinte forma:

- a) Uma exceção estatística: uma pessoa muito vitoriosa não ser esforçada.
- b) Uma exceção estatística: uma pessoa muito vitoriosa que não se esforça.
- c) Uma exceção estatística: uma pessoa muito vitoriosa não se esforçando.
- d) Uma exceção estatística: uma pessoa muito vitoriosa não estar se esforçando.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

11. O planejamento realizado pelo nível intermediário, direcionado a determinada unidade da organização, com foco no médio prazo é o

- a) planejamento estratégico
- b) planejamento tático
- c) planejamento operacional
- d) planejamento institucional

12. Suponha que determinado Tribunal de Justiça tenha analisado, em 2022, 1.000 processos, com um dispêndio total de 1.000.000 reais e, em 2023, tenha analisado 1.200 processos, com um dispêndio total de 1.200.000 reais.

Pode-se dizer que, de 2022 para 2023, o referido Tribunal de Justiça foi:

- a) mais eficiente
- b) menos eficiente
- c) menos eficaz
- d) mais eficaz

13. João das Neves, gerente de determinado departamento, enviou uma mensagem pelo e-mail empresarial da organização, informando aos seus subordinados acerca da data e o horário de uma reunião em que serão discutidas as novas metas da equipe.

Esse tipo de comunicação pode ser caracterizada como:

- a) formal e ascendente;
- b) formal e lateral;
- c) formal e descendente;
- d) informal e ascendente;

14. Para o Guia PMBOK, projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único/exclusivo. Segundo o Guia, os principais tipos de Escritório de Gerenciamento de Projetos são:

- a) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Suporte, de Controle, de Resultado.
- b) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Controle, de Organização, de Finalização.
- c) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Suporte, de Controle, Diretivos.
- d) Escritório de Gerenciamento de Projetos Pequeno, Médio, Alto.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Tiago Zanolla

15. Marcos, um gestor público, está revisando políticas para melhorar a governança e a integridade no serviço público. Ele lê uma proposta que enfatiza a comunicação de valores e padrões do setor público. Qual das opções a seguir está correta segundo essa proposta?

- a) A proposta sugere que a comunicação de valores e padrões do setor público deve ser feita apenas dentro das organizações do setor público.
- b) A proposta recomenda que os valores e padrões do setor público sejam comunicados tanto internamente quanto externamente, incluindo o setor privado e a sociedade civil.
- c) A proposta indica que é desnecessário comunicar valores e padrões do setor público para a sociedade civil e o setor privado.
- d) A proposta propõe que apenas os funcionários de alto escalão do setor público sejam informados sobre os valores e padrões.

HISTÓRIA DO ESTADO DO MARANHÃO*Marco Túlio*

16. Em relação à ocupação francesa no Maranhão durante o período colonial, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Entre 1612 e 1615, os franceses ocuparam o litoral maranhense, tendo em vista a elevada produção açucareira da região, fundado um empreendimento batizado de França Antártica.
- b) A fundação do forte São Luís é considerada o marco inicial da colonização do território, tendo em vista o caráter duradouro do legado francês na formação sociocultural maranhense.
- c) A derrota dos franceses na região ficou a cargo de Jerônimo de Albuquerque e Diogo de Campos, que conseguiram superar a desvantagem numérica das tropas portuguesas na Batalha de Guaxenduba.
- d) A fundação da colônia francesa foi a primeira experiência exitosa de ocupação europeia na região, ocorrendo prematuramente frente à ocupação portuguesa do restante do território nordestino.

17. A Balaiada foi uma revolta ocorrida na primeira metade do século XIX, precisamente entre os anos de 1838 e 1840, no atual estado do Maranhão. Em relação aos fatores e desenvolvimento da chamada Balaiada, julgue as sentenças abaixo:

- I – A Balaiada foi uma revolta motivada pela proibição da escravidão indígena na região, o que afetou os interesses dos colonos latifundiários, e pelo funcionamento da Companhia de Comércio do Maranhão.
- II – O movimento apresentou um viés social e popular, envolvendo as aspirações e o protagonismo de escravizados e sertanejos que habitavam a província do Maranhão.
- III – No contexto de eclosão do conflito, a região era impactada pelos efeitos da crise da cotonicultura e pela disputa política entre as oligarquias locais.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas a afirmativa I está errada.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas a afirmativa III está errada.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

18. Em relação à adesão do Maranhão à independência do Brasil, no início do século XIX, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O caráter tardio da adesão do Maranhão à independência foi motivado por diversos aspectos, incluindo os vínculos políticos e comerciais das elites locais com a metrópole portuguesa.
- b) Apesar da resistência de setores das elites, o projeto de independência foi apoiado no Maranhão por setores da aristocracia rural e das camadas populares, incluindo camponeses e escravizados.
- c) Na capital maranhense, o reconhecimento da independência ocorreu a partir da pressão exercida pela esquadra naval comandada pelo escocês Lorde Cochrane, enviada por D. Pedro.
- d) Diante da derrota enfrentada na Batalha do Jenipapo, na província do Piauí, o major Fidié ordenou que suas tropas marchassem para Caxias, no Maranhão, onde resistiram durante alguns meses.

GEOGRAFIA DO ESTADO DO MARANHÃO*Sérgio Henrique*

19. O Maranhão é o estado da região nordeste que se encontra mais à oeste. A proximidade com a Amazônia

faz com que a região noroeste do estado possua características dessa região. Por isso, é dito que o Maranhão

está numa zona de transição, chamada:

- a) Médio Amazonas.
- b) Carrasco.
- c) Meio Norte.
- d) Zona das Matas.

20. Assinale a opção correta, acerca de aspectos naturais do estado do Maranhão.

- a) O relevo tem variações entre maior e menor altitude, com regiões montanhosas na porção central do estado.
- b) O Norte do estado corresponde a terrenos sedimentares da bacia do rio Tocantins, com potencial de geração de hidroeletricidade.
- c) Sua vegetação é composta por mata de cocais (a Leste), mangues (no litoral), floresta Amazônica (a Oeste) e cerrado (ao Sul).
- d) O clima maranhense é semiárido, com altas temperaturas e locais em processo de desertificação, como os Lençóis Maranhenses.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

Tiago Zanolla

21. Péricles, servidor público do Tribunal de Justiça Estado, ocupante do cargo efetivo e estável na carreira, foi aposentado por invalidez. Alguns anos depois, após verificação de que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria foi determinado seu regresso ao serviço público.

Conforme o Estatuto dos Servidores, o citado regresso é chamado de

- a) reversão
- b) transferência
- c) promoção
- d) reintegração

22. Marcos, servidor do TJ-MA estava preocupado. Ele havia recebido uma ordem para se submeter a uma inspeção médica, mas estava hesitante em cumprir a determinação, temendo que isso pudesse afetar sua privacidade. Conversando com colegas, Marcos recebeu informações variadas sobre as consequências de não atender à ordem.

Cada colega apresentou uma possibilidade diferente.

Conforme o Estatuto dos Servidores, qual é a penalidade aplicável ao servidor Marcos, caso ele se recuse injustificadamente a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente?

- a) Será demitido imediatamente.
- b) Receberá advertência por escrito.
- c) Terá corte de 50% do salário por dois meses.
- d) Será punido com suspensão de até 15 dias.

23. Carla, uma servidora pública, recentemente foi penalizada em seu trabalho e acreditava firmemente na injustiça da punição recebida. Ela decidiu buscar a revisão do processo disciplinar, mas não tinha certeza sobre os procedimentos e normas aplicáveis. Conversando com colegas, ouviu várias informações, mas não sabia quais estavam corretas.

Conforme o Estatuto dos Servidores, qual é o procedimento correto que Carla deve seguir para solicitar a revisão de sua penalidade disciplinar, conforme as normas estabelecidas?

- a) Carla deve enviar o pedido de revisão diretamente à comissão do processo disciplinar.
- b) A revisão do processo disciplinar é automaticamente aceita ao ser requerida pelo servidor.
- c) O requerimento de revisão do processo deve ser dirigido ao Secretário de Estado da Administração ou autoridade equivalente.
- d) A revisão do processo resultará em agravamento da penalidade, caso seja julgada procedente.

24. Pedro, um estudante de Direito, está estudando sobre a composição e funcionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Ele precisa entender como as Seções e Câmaras são formadas e distribuídas. Qual das afirmações a seguir está correta com base no texto apresentado?

- a) O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão é composto por 37 desembargadores, incluindo apenas o presidente e o corregedor-geral da Justiça.
- b) As Seções de Direito Privado, de Direito Público e Criminal são formadas, respectivamente, pelos integrantes das Câmaras correspondentes e são presididas pelo desembargador mais recente que as integre.
- c) O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão é composto por um Órgão Especial, uma Seção de Direito Privado, uma Seção de Direito Público, uma Seção Criminal e doze Câmaras Isoladas.
- d) Cada uma das onze Câmaras Isoladas será composta por três desembargadores, presidida pelo mais antigo, observada a alternância anual.

25. Durante uma discussão sobre o funcionamento do Plenário e das Seções do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, João afirmou que o Plenário pode funcionar com qualquer número de desembargadores presentes, enquanto Maria disse que as Câmaras Isoladas sempre exigem um quórum especial para todos os julgamentos. Com base nas normas apresentadas, qual das seguintes afirmações está correta?

- a) João está correto, pois o Plenário pode funcionar com qualquer número de desembargadores presentes.
- b) Maria está correta, pois as Câmaras Isoladas sempre exigem um quórum especial para todos os julgamentos.
- c) O Plenário funciona com a presença de pelo menos vinte desembargadores e as Câmaras Isoladas com três desembargadores, sendo as decisões tomadas pela maioria de votos.

d) As Seções de Direito Privado, de Direito Público e Criminal funcionam, respectivamente, com seis, nove e três desembargadores.

26. Ana, beneficiária da justiça gratuita, está preocupada com as custas processuais que pode ter que adiantar durante o seu processo. Ela quer entender melhor as regras sobre a justiça gratuita e as custas processuais. De acordo com a Lei n. 12.193/2023, qual das alternativas a seguir está correta de acordo com as normas apresentadas?

- a) Ana deve sempre adiantar todas as custas processuais, sem possibilidade de redução ou parcelamento.
- b) A gratuidade concedida a Ana também se estende automaticamente ao seu advogado para fins de execução de honorários e expedição de alvarás.
- c) O parcelamento das custas que Ana tiver que adiantar pode ser feito em até 12 parcelas.
- d) Revogado o benefício da justiça gratuita, Ana deverá arcar com as despesas processuais que deixou de adiantar e, em caso de má-fé, poderá ser condenada a pagar até o décuplo do valor a título de multa.

27. Laura, uma advogada, está instruindo seu cliente sobre a necessidade de recolher custas processuais ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Ela explica que o não pagamento dessas custas pode resultar no cancelamento da distribuição da ação. Conforme a Lei n. 12.193/2023, qual das seguintes afirmações está correta com base no texto apresentado?

- a) As custas serão pagas diretamente ao advogado, que as repassará ao Tribunal de Justiça.
- b) A distribuição da ação será cancelada se a parte não realizar o pagamento das custas de ingresso em 30 dias.
- c) As custas processuais, taxa judiciária, distribuição, diligências e despesas devem ser recolhidas antecipadamente na distribuição das ações no 1º e 2º graus.
- d) Não haverá cancelamento da distribuição da ação por falta de pagamento das custas de ingresso.

28. Durante uma reunião administrativa, foi discutido o funcionamento do Plenário e do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Para verificar o quórum e a composição adequada, qual das alternativas a seguir está correta de acordo com o Regimento Interno?

- a) O Plenário pode se reunir com a presença de no mínimo vinte desembargadores, incluído o presidente.
- b) O Órgão Especial é composto por 23 membros e exerce todas as atribuições e competências do Plenário.
- c) O Plenário é composto por todos os membros do Tribunal e se reúne com a presença de, no mínimo, dezesseis desembargadores, incluído o presidente.
- d) A alteração do número de desembargadores do Tribunal não depende do total de processos distribuídos e julgados no ano anterior.

29. Joana, advogada, está estudando a composição do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Ela quer entender como são providos os lugares no Tribunal. Qual das alternativas a seguir descreve corretamente a composição do Tribunal?

- a) Todos os lugares no Tribunal são providos exclusivamente por nomeação de juízes de direito, alternando entre antiguidade e merecimento.
- b) Um quinto dos lugares no Tribunal é provido por nomeação de membros do Ministério Público Estadual e da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, e os demais lugares por nomeação de juízes de direito, pelos critérios de antiguidade e merecimento.
- c) Todos os lugares no Tribunal são providos exclusivamente por nomeação de membros do Ministério Público Estadual.
- d) Um quinto dos lugares no Tribunal é provido por membros do Poder Executivo Estadual, enquanto os demais são juízes de direito por antiguidade.

30. Paulo, um desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, já exerceu dois cargos de direção. Ele se pergunta se ainda pode ser eleito para um novo cargo de direção. Qual das seguintes alternativas está correta de acordo com as normas apresentadas?

- a) Paulo pode ser eleito novamente para um cargo de direção a qualquer momento, independentemente do número de mandatos já exercidos.
- b) Paulo não pode ser eleito para um novo cargo de direção até que todos os nomes na ordem de antiguidade tenham sido esgotados, exceto se for para completar um período de mandato inferior a um ano.
- c) Paulo pode ser eleito novamente apenas se for para um mandato completo de mais de um ano.
- d) Paulo nunca mais poderá ser eleito para um cargo de direção.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth***31.** De acordo com a CF/88:

- Art. 5º XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;
- Art. 7º XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;
- Art. 230 § 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

Considerando a aplicabilidade das normas constitucionais, os direitos acima podem ser classificados, respectivamente, como normas de eficácia:

- a) plena, contida e plena
- b) Contida, limitada de princípios institutivos e contida
- c) plena, plena e contida
- d) contida, limitada de princípios programáticos e plena

32. Em matéria de competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal foi identificada a inexistência de qualquer norma editada pela União. Em razão dessa constatação, Maria, Deputada Estadual, consultou sua assessoria a respeito da possibilidade de apresentar projeto de lei sobre a referida matéria.

A assessoria respondeu, corretamente, que o Estado:

- a) somente pode legislar sobre a matéria, em caráter suplementar, após a edição de normas gerais pela União;
- b) somente pode legislar sobre a matéria caso a competência lhe seja delegada em lei complementar editada pela União;
- c) pode exercer a competência plena, e a posterior edição de normas gerais pela União revoga a lei estadual no que lhe for contrário;

d) pode exercer a competência plena, e a posterior edição de normas gerais pela União suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrário;

33. O decreto expedido pelo chefe do Poder Executivo geralmente está subordinado à existência de lei. Todavia, excepcionalmente, prevê-se a edição de decretos que buscam fundamentos de validade diretamente na Constituição Federal. A doutrina os denomina decretos autônomos. É possível a edição de decreto autônomo para:

- a) Criação de cargos ou empregos públicos.
- b) Extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
- c) Organização e funcionamento da administração federal, através da criação e extinção de órgãos públicos.
- d) Autorização de operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

34. As ruas de São Luís/MA são exemplos de bens:

- a) públicos de uso comum do povo.
- b) públicos dominicais.
- c) públicos de uso especial.
- d) públicos estaduais.

35. Considerando as regras da Lei 11.107/2005 sobre consórcios públicos, é correto afirmar que a União:

- a) não poderá participar de consórcios públicos.
- b) somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
- c) poderá participar apenas de consórcios com Estados.
- d) poderá celebrar apenas consórcios de direito público.

36. Assinale a alternativa que menciona corretamente característica do Pregão:

- a) possibilidade de adoção do critério “técnica e preço”.
- b) condução por agente de contratação ou comissão de contratação.
- c) obrigatoriedade de adoção para contratação de serviços de engenharia comuns.
- d) impossibilidade de adoção para contratação de obras públicas.

d) A morte é fator que encerra a existência da pessoa natural. Será considerada presumida quando a pessoa estiver ausente e se abrir a sucessão definitiva.

38. Cristina adquiriu um pote de doce de banana em um mercado perto da sua casa. Ao ingerir o produto, começou a se sentir mal e foi para o hospital. Lá, ficou constatado que, apesar da data de validade não está expirado, o produto estava estragado, fazendo com que Cristina tivesse intoxicação alimentar. Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) Trata-se de responsabilidade por vício do produto, pois não ofereceu a segurança que dele legitimamente se esperava.
- b) O comerciante será responsável caso o fabricante não possa ser identificado.
- c) A responsabilidade do fabricante é subjetiva, devendo ser demonstrada sua culpa na fabricação do produto defeituoso.
- d) Por tratar-se de vício do produto, Cristina poderá requerer a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.

DIREITO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR

Paulo Sousa

37. Em se tratando da capacidade e dos direitos da personalidade da pessoa natural, assinale a alternativa correta, segundo o que dispõe o Código Civil de 2002:

- a) São absolutamente incapazes os menores de dezesseis anos e aqueles que por causa transitório ou permanente, não podem exprimir a sua vontade.
- b) Do ponto de vista jurídico, pelo fato de o nascituro ainda não ser considerado pessoa, seus direitos não são resguardados pela lei civil.
- c) É impossível a cessação da incapacidade se a pessoa conta com menos de 18 anos de idade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

39. Assinale a alternativa incorreta sobre o procedimento do incidente de resolução de demandas repetitivas previsto no Código de Processo Civil:

- a) É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente, a efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito, além de risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.
- b) Se não for o requerente, o Ministério Público intervirá obrigatoriamente no incidente e deverá assumir sua titularidade em caso de desistência ou de abandono.
- c) Não serão exigidas custas processuais no incidente de resolução de demandas repetitivas.
- d) Julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito, em todo o território nacional.

40. Levando em consideração as disposições da Lei nº 12.016/19, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo, assinale a alternativa correta:

- a) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 120 dias, quando notificado judicialmente.
- b) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo.
- c) No caso em que o documento necessário à prova do alegado se ache em repartição ou estabelecimento público ou em poder de autoridade que se recuse a fornecê-lo por certidão ou de terceiro, o juiz ordenará, preliminarmente, por ofício, a exibição desse documento em original ou em cópia autêntica e marcará, para o cumprimento da ordem, o prazo de 5 dias.

d) Concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.

41. No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos

- a) o juiz, de ofício ou a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 3 dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo.
- b) o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 3 dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo.
- c) o juiz, de ofício ou a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 5 dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo.
- d) o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 5 dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

42. Sobre os princípios penais e constitucionais, assinale a opção correta:

- a) Fere o princípio da legalidade, também conhecido por princípio da reserva legal, a criação de crimes e penas por meio de medida provisória.
- b) Segundo o princípio da legalidade, no ordenamento jurídico brasileiro determinada conduta só será considerada crime caso seja publicada lei posterior definindo-a como tal.
- c) De acordo com o princípio da taxatividade, o direito penal deve apenas tratar de condutas que de fato causem lesão a algum bem jurídico que mereça tutela.
- d) o princípio da humanidade proíbe a instituição de penas cruéis, como a de morte e a de prisão perpétua, mas não a de trabalhos forçados.

43. Luiz e Aldo deliberam a prática conjunta de furto a uma residência. Sem o conhecimento de Aldo, Luiz, para a segurança de ambos, e sem que Aldo soubesse, arma-se de um revólver carregado com 02 cartuchos. Os dois entram na casa. Enquanto Aldo furtava os bens que se encontravam na área externa, Luiz é surpreendido com a presença de um morador que reage e acaba sendo morto por Luiz. Nessa situação hipotética é correto afirmar que:

- a) Luiz e Aldo responderão por latrocínio.
- b) Luiz responderá por latrocínio e Aldo pelo crime de furto qualificado pelo concurso de agentes.
- c) Luiz responderá pelo latrocínio e pelo furto, enquanto Aldo apenas pelo furto qualificado pelo concurso de agentes.
- d) Luiz responderá pelo latrocínio, pelo furto e pelo porte ilegal de arma, enquanto Aldo apenas pelo furto qualificado pelo concurso de agentes.

44. Pablo Luiz, Rolando Lero e Raimundo Nonato subtraíram para si, um jet-ski avaliado em 60 mil reais. Na data de 12 de dezembro de 2021, entraram na loja MotoMais, localizada na cidade de Santo André-SP, e em conluio e unidade de desígnios, levaram o objeto produto de furto, mas ao evadirem-se do local, Rolando Lero foi preso, e Pablo Luiz e Raimundo Nonato conseguiram fugir levando o jet-ski. Como não conseguiram vender o objeto produto de furto, Rolando Lero falou para seu advogado que gostaria de devolver o objeto furtado para a vítima. Assim sendo, caso haja a devolução do jet-ski à vítima e como a denúncia não foi oferecida, haverá:

- a) diminuição da pena em razão da desistência voluntária.
- b) diminuição da pena, em virtude do arrependimento posterior.
- c) diminuição da pena em razão do arrependimento eficaz.
- d) atenuante da pena em razão da reparação do dano.

LEGISLAÇÃO PENAL*Antônio Pequeno*

45. Um indivíduo, com intenção de ofender a dignidade, chamou um colega de trabalho de macaco. Nessa situação hipotética e com base na Lei Nº 7716/1989, marque a alternativa correta:

- a) Ele responderá pelo crime de injúria, conforme o art. 140, § 3º, do Código Penal.
- b) Ele responderá pelo crime de difamação.
- c) Ele responderá pelo crime de calúnia
- d) Ele responderá pelo crime de injúria racial, conforme a Lei Nº 7716/1989.

46. Um indivíduo armado, porém tendo o porte legalizado de uma pistola calibre .380, ao mexer na cintura para ajeitar arma de fogo acaba ocasionando um disparo acidental em via pública, nessa situação hipotética é correto afirmar que:

- a) A conduta dele é atípica.
- b) Responderá pelo crime de disparo de arma de fogo.
- c) Responderá pelo crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido.
- d) Responderá pelo crime de posse irregular de arma de fogo de uso restrito.

47. Um Analista judiciário, reincidente, foi condenado novamente pelo crime de abuso de autoridade, conforme a Lei nº 13869/2019 é correto afirmar que ele poderá ter como efeito da condenação:

- a) A suspensão do exercício do cargo pelo período de um a seis meses, com perda de vencimentos e vantagens.
- b) A prestação de serviços à comunidade
- c) A pena de reclusão
- d) Poderá ter como efeito da condenação, dentre outros, a perda do cargo, caso o magistrado venha declarar de forma motivada na sentença.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

48. Assinale a alternativa correta no que tange ao inquérito policial, à ação penal e aos recursos:

- a) Tendo sido arquivado o inquérito policial por falta de base para a denúncia, é possível o desarquivamento dos autos ainda que não haja notícia da existência de prova nova.
- b) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, inclusive àquele que o recusar, pelo princípio da indivisibilidade da ação penal privada.
- c) O recurso cabível para impugnar a decisão de não homologação do acordo de não persecução penal é

o recurso em sentido estrito, sendo facultado ao Juiz se retratar da decisão proferida, sendo este o efeito iterativo do recurso.

- d) Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, a representação da vítima, embora não exija grandes formalidades, deve ser oferecida por escrito, no prazo de seis meses a contar da ciência da autoria delitiva, sob pena de decadência.

49. Acerca das provas, da prisão e da liberdade provisória, assinale a alternativa correta:

- a) Conquanto não possa a prisão preventiva ser decretada de ofício pelo Juiz, a necessidade de sua manutenção deve ser reavaliada de ofício a cada 90 dias. Ultrapassado este prazo sem que tenha havido a reavaliação *ex officio* da prisão preventiva decretada, há reconhecimento da ilegalidade automática da prisão.
- b) A audiência de custódia deverá ser realizada em até 24h a contar da prisão em flagrante, sendo vedado o emprego de videoconferência, conforme entendimento mais recente do STF.
- c) Adota-se no Brasil, excepcionalmente, o sistema da certeza moral do Juiz.
- d) O CPP estabelece que o juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível não poderá proferir a sentença ou acórdão, sendo tal dispositivo considerado constitucional pelo STF.

50. Acerca dos procedimentos no processo penal, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) ao final da primeira fase do procedimento bifásico do júri, caso entenda o Juiz que não há indícios suficientes de autoria, deverá impronunciar o acusado; preclusa a decisão, será possível, enquanto não extinta a punibilidade, o oferecimento de nova denúncia pelo mesmo fato, desde que baseada em novas provas.
 - b) Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias. Caso não seja apresentada resposta à acusação, o processo seguirá com a nomeação de defensor para o réu, qualquer que seja a forma de citação realizada.
 - c) O interrogatório do réu deve, em qualquer hipótese, ser o último ato da instrução criminal.
 - d) No rito do Júri, se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, o Tribunal poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais próximas. O desaforamento pode ser requerido pelo Ministério Público, pelo assistente, pelo querelante ou pelo acusado, ou, ainda, mediante representação do juiz competente.
-

Discursiva

Um órgão público, mediante prévio procedimento licitatório, celebrou contrato para a realização de determinada obra. Durante a execução do contrato, foram constatados problemas como o não cumprimento de cláusulas contratuais e de prazos.

Em decorrência desses fatos, o órgão extinguiu unilateralmente o contrato, retendo a garantia e aplicando cumulativamente as penalidades de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de licitar e contratar com a administração, sendo assegurados ao contratado o contraditório e a ampla defesa no âmbito do processo administrativo.

Inconformada, a empresa contratada interpôs recurso administrativo invocando:

- a) ilegitimidade do ato de extinção unilateral;
- b) seu direito à devolução da garantia, caso admitida a rescisão; e
- c) inviabilidade de aplicação cumulativa das sanções administrativas.

Considerando a situação hipotética apresentada, analise os questionamentos apresentados pela empresa contratada, posicionando-se, de forma fundamentada, a respeito de cada um deles.

Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:

[Correção de Redação](#)

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>